

Vitivinicultura brasileira: desafios estruturais e oportunidades tecnológicas¹

José Fernando da Silva Protas²

Introdução

De modo semelhante a outros setores do agronegócio mundial, o setor vitivinícola tem-se caracterizado pela crescente competição entre blocos econômicos, a qual tem sido marcada por um ambiente empresarial cada vez mais intenso em tecnologia e gestão. Todavia, o vinho não é uma mercadoria comum, não pode ser produzido em qualquer lugar e seu sucesso depende de fatores bem mais complexos do que a simples minimização de custos de produção. Com efeito, sua localização está sujeita à regra das vantagens comparativas que, por sua vez, associadas a elementos como cultura, tecnologia produtiva, tradição e experiência, podem ser convertidas em vantagens competitivas. Dessa forma, nenhuma região pode ser simplesmente classificada como boa ou ruim para a vitivinicultura, mas sim distinta em suas potencialidades, cujo aproveitamento dependerá das percepções de seus estrategistas, instituições e empresários.

Competir mundialmente, ou mesmo localmente, nesse setor exige, além de atributos de qualidade e diferenciação, capacidade de coordenação estratégica, atualização tecnológica e uma eficiente infraestrutura de suporte e apoio.

Com uma área de aproximadamente 90 mil hectares, a viticultura brasileira está estabelecida com vinhedos desde o

extremo sul do País, em 31° latitude sul, até regiões situadas muito próximas ao equador, em 5° latitude sul. Em função da diversidade ambiental, existem no País polos vitivinícolas tipicamente de regiões temperadas, caracterizadas por um período de repouso hibernar; polos em áreas subtropicais, onde a videira é cultivada com dois ciclos anuais definidos em função de um período de temperaturas mais baixas, no qual há inclusive risco de geadas; e, polos de viticultura tropical, onde é possível a realização de podas sucessivas com a realização de dois e meio a três ciclos vegetativos por ano. Nos últimos anos, as estatísticas

oficiais registram uma produção de uvas que varia em torno de 1,2 milhão de toneladas/ano. Desse volume, cerca de 45% são destinados ao processamento para a elaboração de vinhos, sucos e outros derivados, e 55% comercializados para o consumo *in natura* no mercado interno e para exportação.

Um marco referencial da política do setor agroindustrial vitivinícola é registrado a partir de meados da década de 80, quando começaram a ocorrer com maior intensidade investimentos tanto na implantação e/ou modernização das vinícolas localizadas nas regiões tradicionais quanto nos novos polos produtores. ▶



Santa Catarina se destaca na produção de vinhos finos

¹ Este artigo serviu de referência no processo de construção de uma Rede Tecnológica dentro do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), com o objetivo de promover a inovação tecnológica nas empresas do setor vitivinícola brasileiro. A referida Rede foi lançada pelo Ministro da Ciência e Tecnologia em 26 de setembro de 2009.

² Economista, Dr., Embrapa Uva e Vinho, assessor da Diretoria da Epagri. C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (48) 3239-5531, e-mail: protas@cnpuv.embrapa.br e joseprotas@epagri.sc.gov.br.



Vinícolas catarinenses já estão investindo em tecnologia e marketing

Como elemento motivacional básico deste movimento estava a percepção empresarial do potencial de crescimento do mercado interno tanto para o consumo dos produtos tradicionais (vinhos de mesa e suco de uva), quanto de novos produtos, com padrão internacional (vinhos e espumantes finos), capazes de serem comercializados com maior valor agregado tanto no mercado interno quanto externo. Como consequência desse cenário, e de forma coerente e convergente ao movimento de modernização do setor agroindustrial, verificou-se, nos últimos anos, sobretudo nos polos emergentes, o surgimento de uma nova viticultura, focada na produção de uvas de variedades *Vitis vinifera* para a elaboração de vinhos finos de qualidade, de que são exemplo as regiões da metade sul do Rio Grande do Sul, as de altitude de Santa Catarina e o Vale do Submédio São Francisco, nos Estados de Pernambuco e Bahia. Fatores marcantes na composição deste novo cenário foram o surgimento e a predominância de sistemas de integração agroindústria/ produtor. Diferentemente da estrutura tradicional, em que um grande número de pequenos produtores abastece as vinícolas com uvas para

processamento, neste caso, as próprias vinícolas possuem suas estruturas de produção da uva (integração vertical) e/ou estabelecem contratos com alguns produtores (integração horizontal) que, sob suas respectivas orientações, produzem a uva segundo define o referido contrato (variedade, qualidade e quantidade).

Por tratar-se de regiões emergentes, a despeito dos grandes investimentos envolvidos, esses polos vitivinícolas carecem de uma base de conhecimentos e tecnologias adequadas às suas condições ambientais que lhes permitam o estabelecimento de sistemas e processos produtivos mais competitivos e sustentáveis. Grosso modo, as ações são desenvolvidas na base da tentativa e erro.

Contrapondo-se a esse cenário, nas regiões tradicionais (alguns segmentos da Serra Gaúcha, RS, Vale do Rio do Peixe e Região Litoral Sul, SC, Grande Curitiba, PR, entre outros), a produção vitícola ainda não ingressou, de forma organizada e consistente, neste movimento de mudanças que, a despeito das dificuldades, empenha-se no sentido da melhoria qualitativa da matéria-prima (uva), dos processos produtivos (elaboração de vinhos, suco e

derivados) e, conseqüentemente dos produtos elaborados. Com a qualidade da matéria-prima abaixo do tecnicamente desejável e estruturas agroindustriais defasadas tecnologicamente, a competitividade de toda a cadeia produtiva vitivinícola dessas regiões vê-se seriamente ameaçada, comprometendo a sustentabilidade desse setor produtivo que tem sido a base de sustentação econômica, social e cultural destas regiões emblemáticas da imigração italiana e estruturadas com base na agricultura familiar.

Para melhor caracterizar o cenário em que está inserido esse segmento da cadeia produtiva vitivinícola, tomemos algumas estatísticas referentes ao Estado do Rio Grande do Sul, responsável por cerca de 90% da produção de vinhos, sucos e derivados do País. Quanto às características estruturais, trata-se de uma atividade de agricultura tipicamente familiar desenvolvida em minifúndios. Segundo o Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul (2005-2007), esse Arranjo Produtivo Local (APL) ocupa uma área de 38.505 hectares de vinhedos distribuídos entre 15.384 propriedades que possuem, em média, 19 hectares de área total, cuja área útil varia de 40% a 60%, sendo, destes, 2,5 hectares de parreirais, pouco mecanizados devido ao relevo acidentado, onde predomina o uso da mão de obra familiar, cuja disponibilidade média é de quatro pessoas.

Segundo pesquisa da Embrapa Uva e Vinho, o número de pessoas residente nas propriedades vitícolas é de 57.752, assim distribuídas de acordo com a faixa etária: 7,69% com menos de 10 anos; 9,56% entre 11 e 18 anos; 69,20% entre 19 e 60 anos e 13,56% com mais de 60 anos. Por outro lado, no segmento agroindustrial o APL vitivinícola do Rio Grande do Sul registrou, segundo o Cadastro Vitícola 2009, um número de 540 empresas vinícolas (privadas e cooperativas) de pequeno, médio e grande porte, que elaboraram, em 2009, cerca de 331.699.704 litros de vinho, suco e derivados da uva e do vinho. Segundo o Sindicato das Indústrias do Vinho do Rio Grande do Sul (Sindivinho-RS), essas

empresas geram em torno de 3.300 empregos diretos, assim distribuídos: 56% na área industrial, 14% na área administrativa, 13% na área comercial, 7% na área agrícola e 10% serviços terceirizados, o que significa a absorção de 11% da população economicamente ativa empregada no setor industrial. Segundo a mesma fonte, a indústria vitivinícola tem apresentado grande capacidade para agregar valor aos produtos comparativamente à média da indústria nacional de alimentos e bebidas, pois, enquanto nesta a relação entre o Valor de Transformação Industrial e o Valor Bruto da Produção Industrial (VTI/VBP), em 2006, foi de 38%, na produção vitivinícola essa relação foi de 44%, indicando que de cada R\$ 1,00 produzido agrega R\$ 0,44, o que a caracteriza como de grande capacidade e potencial para incrementar a renda da produção, gerando emprego, salários e desenvolvimento humano.

Com grande capacidade de envolver e dinamizar outros segmentos ao longo da cadeia produtiva, estima-se que a vitivinicultura gere, para cada hectare de vinhedo implantado, um emprego direto e dois indiretos. Composto esse cenário, tem-se verificado nos últimos anos um

grande incremento da atividade enoturística nos polos vitivinícolas da Serra Gaúcha, RS, Vale do Rio do Peixe e Planalto Catarinense, SC, e Vale do São Francisco, PE e BA, gerando e distribuindo emprego e renda ao longo da cadeia e nas atividades complementares (serviços, transporte, artesanato, etc.).

A questão da competitividade: desafios e oportunidades

Com o processo de abertura da economia brasileira, a partir de meados da década de 90, o setor vitivinícola nacional vem enfrentando uma forte concorrência externa, registrando-se taxas significativas de crescimento das importações. No período de 2002-2008, o crescimento das importações de produtos vitivinícolas (vinhos, espumantes, vinhos licorosos, etc.) pelo mercado brasileiro foi de aproximadamente 106%. Considerando apenas os volumes relativos aos vinhos, que representa o principal mercado para os estrangeiros no segmento dos vinhos finos, verificaremos que em 2001 o produto nacional detinha 48,1% do mercado interno, enquanto os importados representavam 51,9%. Já

em 2008 o percentual do produto nacional comercializado recuou para 23,85%, enquanto o dos importados evoluiu para 76,15%. Portanto, as estatísticas disponíveis evidenciam o caráter inexorável do comportamento desta conjuntura, já que, no comparativo dos volumes comercializados, enquanto os vinhos importados, acompanhando o crescimento do mercado interno brasileiro, aumentaram a sua fatia, os nacionais diminuíram.

Analisando-se a estrutura do mercado brasileiro de vinhos finos pelo lado da oferta (vinhos, espumantes, vinhos licorosos, etc.), verifica-se que ele é disputado por quatro blocos produtores/ofertantes: Chile, Argentina, outros países (Europa, Oceania, África) e produção nacional, destacando-se, neste contexto, os dois primeiros, que, em 2008, detiveram, respectivamente, 32% e 27% do mercado brasileiro de vinho fino (ver Tabela).

Muito se tem discutido relativamente às causas da pouca competitividade dos vinhos brasileiros. Questões como: a elevada carga tributária incidente sobre os produtos vitivinícolas; a falta de política creditícia específica e adequada; a necessidade de isenção de imposto de importação para insumos, máquinas e equipamentos ►

Importações brasileiras de vinhos finos (2002-2008), em litros

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Chile	6.206.675	7.971.749	11.160.061	11.685.418	15.224.011	18.894.922	18.747.299
Argentina	3.884.432	5.863.683	11.210.771	11.981.135	13.652.997	16.177.829	15.433.068
Itália	7.363.824	6.446.585	7.224.188	7.102.781	9.393.890	10.414.568	10.792.112
Portugal	3.061.893	3.361.360	4.181.406	5.193.415	5.971.334	6.846.083	6.276.252
França	3.024.866	2.923.395	2.838.644	2.602.976	3.658.009	3.817.279	3.457.723
Espanha	601.855	574.678	813.639	721.568	1.222.246	1.116.362	1.257.652
Uruguai	1.248.778	1.097.816	660.702	513.166	726.229	2.395.032	922.144
África do sul	32.194	162.785	303.548	407.933	359.145	386.515	324.592
Alemanha	766.746	576.312	442.860	254.573	315.919	235.986	295.894
Austrália	150.052	26.441	193.849	325.287	256.298	364.466	215.630
Outros	217.113	324.535	120.174	461.699	145.208	213.952	220.232
Total global	26.554.428	29.329.339	39.157.287	40.938.335	50.948.056	60.875.073	57.943.979

(de modo semelhante aos países concorrentes); a equiparação do ICMS para os produtos vitivinícolas entre os Estados, entre outros, têm sido temas recorrentes nos pleitos feitos junto às autoridades federais e estaduais através da Câmara Setorial de Viticultura, Vinhos e Derivados e outros fóruns. Por outro lado, há evidências de que nem todos os produtos da cadeia produtiva vitivinícola brasileira apresentam o mesmo desempenho. Por exemplo, os espumantes brasileiros, mesmo sofrendo uma forte pressão, têm apresentado um bom desempenho ante a concorrência.

Depreende-se, assim, que, além dos aspectos relacionados com a política setorial (ou com a falta dela), outras questões relacionadas com a própria organização setorial, tanto na dimensão competitiva dos processos produtivos (da uva e dos produtos derivados; da qualidade dos produtos) quanto na dimensão do mercado, com toda a sua complexidade e diversidade de atores, tenham grande importância na definição e eventual reversão do cenário presente.

Neste contexto de mercado globalizado, é importante que se tenha presente a dinâmica que orienta as ações e promove os ajustes na conjuntura da vitivinicultura mundial, bem como os seus desdobramentos. Segundo o Relatório 2006 da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), a produção mundial de vinho naquele ano foi de 28,4 bilhões de litros e o consumo de 24,12 bilhões de litros, gerando um excedente de 4,28 bilhões de litros. Naquele mesmo ano a União Europeia acionou um dos seus mecanismos de regulação do mercado chamado Destilação de Crise, financiando, ao custo de 500 milhões de euros, a destilação de 1,4 bilhão de litros de vinho, transformando-os em álcool para, em boa parte, ser usado como combustível pelas indústrias e veículos. Em 2007, o mesmo

mecanismo voltou a ser utilizado. Sabe-se, também, que a principal causa dos elevados excedentes da produção de vinhos europeus é a forte concorrência proveniente da Austrália, dos Estados Unidos, do Chile, da Argentina e da África do Sul, ou seja, os excedentes são fruto da afluência de vinhos mais baratos, assentes numa produção mais industrial e fortemente apoiada num competitivo marketing.

Diante deste cenário e dos elevados custos das Destilações de Crise, a União Europeia optou por redefinir a sua estratégia política para o setor vitivinícola implantando, a partir do mês de agosto de 2008, um programa de erradicação e/ou reconversão de vinhedos. As estimativas são de que o Programa abranja, em 5 anos, cerca de 200 mil hectares nos países da Comunidade Europeia. Ressalvando-se as proporções, e considerando que a fundamentação do Programa europeu, quanto ao objetivo principal, é de adaptar sua oferta de vinhos (quantidade e qualidade) às exigências do mercado e à concorrência rejeitando a produção de vinhos de qualidade medíocre,

depreende-se que aquele cenário, bem como suas causas e efeitos, tem algumas semelhanças com o brasileiro. Temos o mesmo fato gerador da crise: perda de competitividade no mercado e recorreremos a mecanismos semelhantes para regular a oferta: Destilação de Crise (Europa) e Programa para Escoamento de Produto (PEP) – Conab/Mapa (Brasil)³. Com a ajuda deste instrumento de política do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o setor vitivinícola brasileiro tem conseguido minimizar os problemas tanto de logística (grandes estoques) quanto de perdas econômicas (queda nas vendas) gerados pela baixa competitividade.

Para termos uma ideia da magnitude do problema e eficácia destas operações, vejamos as estatísticas: no ano de 2006, as cooperativas vitivinícolas do Rio Grande do Sul venderam a granel aos engarrafadores do centro do País cerca de 5.580.000 litros de vinho fino tinto para serem misturados ao vinho de mesa; em 2008 foram exportados, também a granel, 5.851.000 litros de



A Rede Tecnológica de Vitivinicultura objetiva promover a inovação das empresas do setor

³O Programa para o Escoamento de Produto (PEP) é uma subvenção econômica (prêmio) concedida àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo Governo Federal diretamente do produtor e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo o seu escoamento.

vinho, sendo 264.000 litros de vinho comum e 5.587.000 litros de vinho fino e, no período de janeiro a agosto de 2009, foram exportados 16.609.000 litros de vinho, sendo 10.782.000 litros de vinho fino e 5.827.000 litros de vinho de mesa. Há uma causa estrutural subjacente a essa questão, pois, além do vinho de qualidade, Europa e Brasil ainda produzem volumes significativos de vinhos medíocres que, por questões de políticas setoriais ou outras desvantagens comparativas, chegam aos mercados (no caso brasileiro, principalmente ao mercado interno) com preços pouco competitivos comparativamente aos vinhos também medíocres de terceiros países. Quanto à eficácia e à conveniência de recorrermos à receita europeia, seria pretensioso e precipitado fazer qualquer juízo, até porque, além da dimensão e da organização social/setorial, as realidades quanto às políticas públicas voltadas ao setor vitivinícola são totalmente diferentes. Entretanto, o fato é que cada vez mais fica evidente a necessidade da implantação de políticas nacionais estruturantes, focadas na promoção do desenvolvimento setorial sustentável e competitivo. Os mecanismos utilizados para contornar questões conjunturais (como o PEP, por exemplo) se justificam apenas no curto prazo; caso contrário, estarão contribuindo para a manutenção de setores produtivos não competitivos.

A inovação tecnológica e o desenvolvimento setorial

Como síntese dos fatos, fica evidente que na vitivinicultura, em qualquer parte do mundo, res-

guardando-se as características e tipicidade dos produtos, não há mais lugar para amadorismo e para produtos de qualidade medíocre.

Neste setor, sucesso e a sustentabilidade dos empreendimentos dependem da sua real capacidade competitiva, a qual é obtida, antes de mais nada, com uma forte base tecnológica, fundamentada no conhecimento técnico-científico da cultura e das condições ambientais das regiões produtoras (solo, clima, etc.) que viabilizem o estabelecimento de sistemas de produção técnica, econômica e ambientalmente sustentáveis, que respeitem e explorem racionalmente as respectivas características ambientais no sentido da produção de vinhos, sucos e derivados de qualidade, que expressem a tipicidade específica de cada região produtora.

Neste contexto é evidente, e não menos importante a existência, nas diferentes regiões do País, de um significativo número de instituições de ensino e pesquisa⁴ que possuem em seus programas e currículos ações nas áreas de viticultura e enologia, mas que, a despeito de suas reconhecidas competências técnicas e estruturais, possuem um histórico de cooperação técnica e parcerias muito aquém do desejável e necessário diante do tamanho e complexidade das demandas do setor produtivo. Entretanto, é importante registrar que a reconhecida competência dessas instituições, na dimensão de suas respectivas missões institucionais, e o histórico de seus relevantes de serviços prestados à vitivinicultura brasileira, ocorreram num ambiente mercadológico pouco competitivo para o setor vitivinícola brasileiro quando, respaldado por uma forte política

protecionista, a entrada de vinhos estrangeiros no mercado interno era insignificante. Naquele ambiente, não se faziam sentir demandas e pressões por soluções tecnológicas promotoras de impactos competitivos no setor e, conseqüentemente, na maioria dos casos, os esforços eram isolados e as sinergias potenciais perdidas.

Diante deste cenário, fica evidente a necessidade da implementação de um programa nacional de desenvolvimento da vitivinicultura no formato de uma Rede Tecnológica orientada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (conforme nota de rodapé no início deste artigo), capaz de acelerar o processo de geração de conhecimentos e tecnologias e de promover a inovação tecnológica das empresas, elemento fundamental e básico para a elevação da competitividade da vitivinicultura brasileira a patamares sustentáveis.

Literatura consultada

1. PROTAS, J.F.S. A produção de vinhos finos: um flash do desafio brasileiro. *Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, v. 21, n.1, p.17-19, 2008.
2. PROTAS, J.F.S. Desenvolvimento Estratégico da Vitivinicultura do Rio Grande do Sul – Visão 2025. In. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 11.; SEMINÁRIO FRANCO-BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 2., 2005, Bento Gonçalves, RS. *Anais...* Bento Gonçalves, Embrapa Uva e Vinho, 2005. p.109-130. (Embrapa Uva e Vinho. Documentos, 55).■

⁴Instituições como a Embrapa Uva e Vinho, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), em Santa Catarina; Embrapa Semiárido, Instituto Tecnológico de Pernambuco (Itep), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Bahia (UFB), Embrapa Mandioca e Fruticultura, Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet/Petrolina), em Pernambuco e Bahia; Emater do Estado do Paraná, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Instituto Agrônômico do Paraná (Iapar), Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, no Paraná; Instituto Agrônômico de Campinas (IAC), Unesp/Jaboticabal, Unesp/Botucatu, Unesp/Ilha Solteira, em São Paulo, entre outros.